



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
33ª Reunião – 27 de março de 2008

CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
Lista de Presença – 33ª Reunião
Data: 27 de março de 2008

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição		Nome	Presença
Secretário Adjunto		Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo	P
Gab. SMA/APE		Fernanda Falbo Bandeira de Mello	P
CPRN	Titular	Ana Cristina Pasini da Costa	P
	Suplente	Sílvia Regina Carpinelli	P
CPLEA	Titular	Casemiro Tércio de Carvalho	-
	Suplente	Lia Martucci de Amorim Santos	P
FF	Titular	José Amaral Wagner Neto	P
	Suplente	Maria Cristina Heilig	P
IF	Titular	Cláudio Henrique Barbosa Monteiro	-
	Suplente	Cristina Santiago	P
IBt	Titular	Vera Lúcia Ramos Bononi	-
	Suplente	Dácio Roberto Matheus	-
IG	Titular	Ricardo Vedovello	-
	Suplente	José Antonio Ferrari	P
CONSEMA		Mauro Frederico Wilken	-

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Antonio Augusto da Costa Faria

Participantes da Reunião

Maria Isabel Armando de Barros	Fundação Florestal
Marcelo Dip Tenaglia	CCA/SE
José Paulo Ganzeli	Ibt
Victor Luis Ferreira da Silva	CCA/SMA
Cláudia Shida	Fundação Florestal

RESUMO DA REUNIÃO

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 32ª REUNIÃO DA CCA

Ata da 32ª Reunião da CCA aprovada.

2. INFORMES

2.1. Parque Estadual do Juquery

Na 32ª Reunião a CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: Planos de Trabalho para a implantação de medidas de segurança com vistas a manter a integridade física da Unidade de Conservação aprovados, com a recomendação de que os mirantes constantes no Plano de Trabalho sejam especificamente nominados e localizados.

Os Planos de Trabalho retornaram à CCA devidamente corrigidos nesse item específico, o que satisfaz plenamente a Câmara.

2.2. Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Portuária-INFRAERO.

Termo de Ajustamento de Conduta-TAC. Regularização do Licenciamento Ambiental do Aeroporto Internacional de São Paulo – Governador André Franco Montoro.
Processo SMA nº 13.536/2002.

Dr. Pedro Ubiratan informou de sua conversa com o Sr. Elói Pietá, Prefeito de Guarulhos, a respeito da compensação ambiental do empreendimento acima referido. Na ocasião o Sr. Prefeito indicou o **Sítio da Candinha** e o **Núcleo Guarulhos do Parque Ecológico do Tietê** para a destinação da totalidade dos recursos oriundos da compensação ambiental prevista no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Ainda segundo o Dr. Pedro Ubiratan, o prefeito Elói Pietá deverá enviar à Secretaria do Meio Ambiente ofício formalizando as propostas da administração de Guarulhos. (1)

O assunto deverá ser tratado na próxima reunião da CCA, devendo o referido ofício ser enviado à Fundação Florestal antecipadamente para exame da proposta da Prefeitura de Guarulhos.

2.3. ECOURBIS AMBIENTAL S/A. Central de Tratamento de Resíduos Leste (Processo SMA nº 13.627/2007).

- Custo estimado da implantação do empreendimento: R\$ 400.292.183,00,;
- Compensação ambiental: R\$ 2.001.460,92;
- Percentual: 0,5%.

Na 31ª Reunião, a CCA deliberou adiar a destinação dos recursos dessa compensação ambiental para a próxima reunião para que fosse possível avaliar a possibilidade de aplicação desses recursos na região leste da cidade de São Paulo, ficando o Instituto de Botânica-Ibt encarregado de fazer esse estudo

Dácio Matheus, do Instituto de Botânica-Ibt, na 32ª Reunião da CCA, esclareceu que de acordo com os estudos realizados pelo Ibt não há na região qualquer outra Unidade de Conservação que possa receber os recursos. Tendo em vista os esclarecimentos prestados e também o fato de que o licenciamento está suspenso por ordem judicial, a CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO:

- Justificar a destinação de 0,5% de compensação ambiental definida pelo DAIA;
- Verificar a possibilidade de destinar esses recursos para Unidades de Conservação inseridas na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

No que diz respeito ao primeiro item da deliberação, o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA trouxe a fundamentação solicitada, esclarecendo que “após leitura e interpretação do referido documento legal (Resolução SMA nº 56, de 27/12/2006), a equipe técnica do DAIA entende que o percentual a ser destinado para a compensação ambiental do empreendimento proposto é de 0,5% (valor mínimo), pois após a avaliação dos critérios positivos foi obtido o percentual de 0,4%, o qual é inferior ao valor mínimo previsto”.

No debate que se seguiu foi colocada a necessidade de revisão da Resolução 56/06, necessidade com a qual todos concordaram.

Maria Cristina Heilig, da Fundação Florestal, esclareceu que na elaboração dessa resolução, cuja metodologia foi definida e publicada (2), foram considerados somente os impactos negativos e não mitigáveis nos termos do art. 2º inciso IV da Lei nº 9.985, de 2.000.

Quanto ao segundo item da deliberação, o Secretário Executivo da CCA informou que faria solicitação formal à Reserva da Biosfera para que fosse verificada a possibilidade de aplicação dos recursos nas Unidades de Conservação inseridas nessa região (3).

3. ANÁLISE DE PLANOS DE TRABALHO

3.1. Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren

3.1.1. Virgolino de Oliveira S.A. (Processo SMA nº 13.521/2006)

- Compensação ambiental: R\$ 150.000,00
- Destinação: Elaboração de Plano de manejo

3.1.2. TRUMP Realty Empreendimentos e Participações Ltda. (Processo SMA nº 13.723/2004)

- Compensação ambiental: R\$ 280.000,00
- Destinação: elaboração de Plano de Manejo

Total dos recursos destinados: R\$ 430.000,00

Na 32ª Reunião a CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: Plano de Trabalho para a elaboração dos Planos de Manejo dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren aprovado, com a exigência de que os valores apresentados sejam justificados. Essa justificação deverá ser apresentada na próxima reunião da CCA.

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: Justificação dos valores do Plano de Trabalho aprovados

3.2. Estação Ecológica de Santa Bárbara

- Empreendimento: Usina Ipê – Destilaria de Álcool e Açúcar. Irmãos Biagi S.A. Açúcar e Álcool
- Compensação ambiental: R\$ 405.000,00
- Despesas já realizadas: R\$ 84.238,00
- Saldo atualizado em 12/3/2008: R\$ 439.546,85
- Destinação: **Elaboração de Plano de Manejo**

DELIBERAÇÃO: Plano de Trabalho para elaboração de Plano de Manejo aprovado.

3.3. Termo de Referência para Elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação dos Componentes do Mosaico da Juréia-Itatins

DELIBERAÇÃO: Termo de Referência para a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação dos componentes do Mosaico da Juréia-Itatins aprovado.

3.4. Unidade de Conservação Barreiro Rico

- Empreendimento: Constroeste Construtora e Participação Ltda. Sistema de disposição de resíduos sólidos (Aterro Sanitário Onda Verde). Processo SMA nº 23.562/2004
- Compensação ambiental: R\$ 212.095,00
- Destinação: **Regularização Fundiária**

DELIBERAÇÃO: Plano de Trabalho para a regularização fundiária aprovado.

4. INÍCIO DA ANÁLISE DE PROCESSOS

4.1. Usina Continental S.A. Ampliação de unidade agroindustrial. Processo SMA nº 13.530/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 180.000.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 900.000,00

- Percentual: 0,5%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar os recursos conforme tabela abaixo, devendo os Planos de Trabalho ser apresentados à CCA:

Unidade de Conservação	Destinação	Valor (R\$)
Mosaico Juréia Itatins	Plano de Manejo (complementação)	450.000,00
Parque Est. Carlos Botelho	Implantação do Plano de Manejo	450.000,00

4.2. Usina Colombo S.A. Açúcar e Álcool – Unidade Palestina
Processo SMA nº 13.565/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 158.079.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 790.395,00
- Percentual: 0,5%

DELIBERAÇÃO:

- A CCA deliberou destinar os recursos da compensação ambiental para a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico das seguintes Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento: Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira-PETAR, Parque Estadual de Intervales e Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga (integrado pelas UCs: Parque Estadual Caverna do Diabo; Parque Estadual do Rio Turvo; Parque Estadual do Lagamar de Cananéia; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS Barreiro/Anhemas; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS dos Quilombos de Barra do Turvo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS dos Pinheirinhos; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS de Lavras; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS de Itapanhapima; Área de Proteção Ambiental-APA do Planalto do Turvo; Área de Proteção Ambiental-APA de Cajati; Área de Proteção Ambiental-APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho; Área de Proteção Ambiental-APA dos Quilombos do Médio Ribeira). O Plano de Trabalho deverá ser apresentado à CCA;
- Caso haja excedente de recursos, eles deverão ser utilizados no desenvolvimento de pesquisas espeleológicas nos parques acima citados.

4.3. Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A. – Unidade Potirendaba
Processo SMA nº 13.651/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 146.510.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 732.550,00
- Percentual: 0,5%

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar os recursos de compensação ambiental para a criação de Unidades de Conservação, preferencialmente na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos-UGRI 16/Tietê-Batalha, conforme as indicações apresentadas nos estudos realizados pelo projeto BIOTA (*Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no estado de São Paulo*). O Plano de Trabalho para a criação dessas Unidades de Conservação deverá ser apresentado à CCA.

4.4. Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S.A. – Unidade Catanduva
Processo SMA nº 13.650/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 81.130.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 405.650,00
- Percentual: 0,5%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: A CCA resolveu destinar os recursos de compensação para a criação de Unidades de Conservação, preferencialmente na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos-UGRI 16/Tietê-Batalha, conforme as indicações apresentadas nos estudos realizados pelo projeto BIOTA (*Diretrizes para conservação e restauração da biodiversidade no estado de São Paulo*). O Plano de Trabalho para a criação dessas Unidades de Conservação deverá ser apresentado à CCA.

4.5. Usina Zanin Açúcar e Álcool Ltda. Ampliação para aumento da produção
Processo SMA nº 13.562/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 63.035.489,23
- Compensação ambiental: R\$ 315.177,45
- Percentual: 0,5%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO:

- A CCA deliberou destinar os recursos da compensação ambiental para a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico das seguintes Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento: Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira-PETAR, Parque Estadual de Intervales e Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga (integrado pelas UCs: Parque Estadual Caverna do Diabo; Parque Estadual do Rio Turvo; Parque Estadual do Lagamar de Cananéia; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS Barreiro/Anhemas; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS dos Quilombos de Barra do Turvo; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS dos Pinheirinhos; Reserva de

Desenvolvimento Sustentável-RDS de Lavras; Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS de Itapanhapima; Área de Proteção Ambiental-APA do Planalto do Turvo; Área de Proteção Ambiental-APA de Cajati; Área de Proteção Ambiental-APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho; Área de Proteção Ambiental-APA dos Quilombos do Médio Ribeira). O Plano de Trabalho deverá ser apresentado à CCA;

- Caso haja excedente de recursos, eles deverão ser utilizados no desenvolvimento de pesquisas espeleológicas nos parques acima citados.

4.6. Viterbo Machado Luz Mineração Ltda
Processo SMA nº 13.735/2003

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 2.880.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 68.544,00
- Percentual: 2,38%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO:

- A CCA deliberou destinar R\$ 60.000,00 para a realização de estudos visando o enquadramento do Parque Estadual da Várzea do Embu-Guaçu como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Esses estudos deverão ser apresentados à CCA para exame e aprovação.
- Os restantes R\$ 8.544,00 deverão ser destinados para o Programa de Educação Ambiental da APA Bororé-Colônia. (4) O Plano de trabalho deverá ser apresentado à CCA.

4.7. Mineração Jundu S.A.
Processo SMA nº 13.623/1997

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 4.000.000,00
- Compensação ambiental: R\$ 48.000,00
- Percentual: 1,2%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar esses recursos à implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vassununga. O Plano de Trabalho da implantação do Plano de Manejo deverá ser apresentado à CCA.

4.8. Loteamento Residencial Ana Dorotéia II. Imobiliária Parati Ltda
Processo SMA nº 13607/2007

- Custo estimado de implantação do empreendimento: R\$ 5.787.992,00

- Compensação ambiental: R\$ 28.939,96
- Percentual: 0,5%

A CCA deliberou como segue:

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar esses recursos para a implantação do Plano de Manejo do Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, devendo a proposta do empreendedor ser considerada no que couber. O Plano de Trabalho para a implantação do Plano de Manejo deverá ser apresentado à CCA.

QUADRO RESUMO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA 33ª REUNIÃO DA CCA

Empreendimento	Valor CA (R\$)	UC	Atividade	Valor por atividade
Usina Continental	900.000,00	Mosaico Juréia Itatins	Elaboração do Plano de Manejo (complementação)	450.000,00
		PE Carlos Botelho	Implantação do Plano de Manejo	450.000,00
Usina Colombo – Unidade Palestina	790.395,00	PETAR, PE Diabo e PE Intervalles	Elaboração do Plano de Manejo Espeleológico	1.105.572,45
Usina Zanin	315.177,45			
Usina Cerradinho – Unidade Potirendaba	732.550,00	Criação de UC, preferencialmente na UGRI 16 (Tietê-Batalha), conforme estudos realizados para as 12 áreas prioritárias do projeto BIOTA		1.138.200,00
Usina Cerradinho – Unidade Catanduva	405.650,00			
Viterbo Mineração	68.544,00	PEcol. da Várzea do Embu-Guaçu	Realização de estudos visando o enquadramento do como UC de Proteção Integral	60.000,00
		APA Bororé - Colônia	Programa de Educação Ambiental	8.544,00
Mineração Jundu	48.000,00	PE Vassununga	Implantação do Plano de Manejo	48.000,00
Loteamento Residencial Ana Dorotéia II	28.939,96	PE Furnas do Bom Jesus	Implantação do Plano de Manejo	28.939,96
TOTAL	3.260.316,45			

Nada mais havendo para discutir, às 18:30 horas deu-se por encerrada a reunião.

Ata elaborada por Antonio Augusto da Costa Faria, Secretário Executivo da CCA.

Notas

(1) Ofício da Prefeitura de Guarulhos

Ofício nº 041/2008-GP, de 27 de março de 2008, recebido na CCA em 31/3/2008, que conclui nos seguintes termos: “a Prefeitura de Guarulhos indica as áreas acima expostas – o **Sítio da Candinha** e o **Núcleo Guarulhos do Parque Ecológico do Tietê** – para deliberação da Câmara de Compensação Ambiental desta Secretaria do Meio Ambiente acerca da destinação da totalidade dos recursos oriundos da compensação ambiental prevista no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos”.

O ofício da Prefeitura de Guarulhos foi enviado à Fundação Florestal para exame das propostas nele contidas.

(2) Premissas e critérios para graduação dos impactos

RESOLUÇÃO SMA 56/2006

Estabelece a graduação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental

A Resolução SMA 56/2006, que estabelece a graduação de impacto ambiental para fins de cobrança de Compensação Ambiental no âmbito do Estado de São Paulo, foi elaborada a partir de solicitação da Câmara de Compensação Ambiental, em sua 21ª Reunião (ocorrida em 27/06/2006), atendendo ao determinado pelo Artigo 15 da Resolução CONAMA nº 371/2006, que estabelece que “o valor da compensação ambiental fica fixado em meio por cento dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental”.

Visando estabelecer a metodologia para definição do grau de impacto ambiental no Estado de São Paulo e respectivo percentual de compensação ambiental, um grupo de trabalho composto pela Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental, DAIA/CPRN, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico e Fundação Florestal procedeu à elaboração da Resolução, tendo sido realizadas diversas reuniões para tal finalidade (de agosto a novembro de 2006).

Participantes da elaboração da Resolução SMA 56/2006

SMA	Cláudio Darwin Alonso
SMA	Maria Cristina Heilig
DAIA	Carolina Marques Guilen
DAIA	Cristina Célia Martins
DAIA	Hélio Rubens V. Imbimbo
DAIA	Juliano Ribeiro Formigoni
DAIA	Marcos Antonio Mattiusso Marques
DAIA	Maria Silvia Romotelli
DAIA	Paola Mihaly
DAIA	Roberto Takahashi
FF	Claudette Marta Hahn
Ibt	Dácio Roberto Matheus
IF	Elaine Aparecida Rodrigues
IF	Lélia Marino
IG	Hélio Shimada

Para elaboração da Resolução, foram consideradas **06 premissas:**

- Considerar somente os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais (*conforme Art. 31 do Decreto Federal 4.340/2002 e Art. 2º da Resolução CONAMA 371/2006*);
- Não considerar análises de risco (*conforme Parágrafo 1º do Art. 2º da Resolução CONAMA 371/2006*);
- Todas informações necessárias ao cálculo do grau de impacto ambiental devem constar no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental;
- Não deve interferir no processo decisório do licenciamento ambiental, sendo aplicada apenas àqueles empreendimentos considerados ambientalmente viáveis (*ou seja, NÃO é condição para a viabilidade ambiental*);
- Deve ser replicável e objetiva;
- Deve possibilitar, a partir do estabelecimento de critérios claros, que o empreendedor, com os dados levantados no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, possa calcular o grau de impacto ambiental de seu empreendimento.

A Resolução SMA 56/2006 estabelece **15 critérios para gradação** de impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais para fins de cálculo da compensação ambiental, a saber:

- I. Inundação de Ecossistemas Naturais: nos casos em que haja, na extensão espacial da inundação decorrente da implantação de represamento, o desaparecimento de ecossistemas naturais;
- II. Ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetada (ADA) e de influência direta (AID), conforme definido no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;
- III. Ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetada (ADA) e de influência direta (AID) de implantação do empreendimento, conforme definido no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;
- IV. Ocorrência de ictiofauna endêmica: nos casos em que haja ocorrência de espécies de ictiofauna endêmicas nos trechos afetados pela implantação de empreendimento que implique em represamento;
- V. Interrupção da circulação da ictiofauna migratória: nos casos em que a implantação de represamento provoque a interrupção da circulação da ictiofauna migratória, sem adoção de mecanismos apropriados para seu restabelecimento;
- VI. Interrupção de circulação de fauna nativa terrestre: nos casos em que a implantação do empreendimento provoque a interrupção da circulação da fauna nativa terrestre;
- VII. Fragmentação da vegetação nativa: nos casos em que a supressão de vegetação decorrente da implantação do empreendimento implicar na fragmentação de remanescente de vegetação nativa maior que 10 ha (dez hectares), sem adoção de mecanismos para restabelecimento da conectividade;
- VIII. Implantação em Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral ou em sua zona de amortecimento: nos casos em que a implantação do empreendimento, considerada a Área Diretamente Afetada (ADA), ocorra em Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral ou em sua zona de amortecimento, assim estabelecida em seu plano de manejo, ou em um raio de 10 km (dez quilômetros) dos limites, caso a mesma ainda não possua plano de manejo;
- IX. Implantação em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais: nos casos em que a implantação do empreendimento, considerada a Área Diretamente Afetada (ADA), incida em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM, conforme definida pela Lei Estadual nº 9.866, de 22 de novembro de 1997, e criada através de legislação específica;

- X. Implantação em áreas ambientalmente frágeis: nos casos em que a implantação do empreendimento incida em várzeas, mangues e restingas, conforme previstas na Lei Federal nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965 e suas alterações;
- XI. Alteração do regime hidráulico de jusante de reservatório: quando se tratar de empreendimento de reservatório de acumulação ou reservatório que opere com geração de ponta;
- XII. Existência de cavernas ou fenômenos cársticos: quando existirem cavernas na Área de Influência Direta - AID do empreendimento, conforme definidas no Artigo 1º, Parágrafo único, do Decreto Federal nº 99.556, de 01/10/90, ou fenômenos cársticos tais como dolinas, depressões fechadas, sumidouros, ressurgências e condutos;
- XIII. Extração de minério e estéril: volume total *in situ* de material a ser extraído, incluindo minério e estéril, considerado o Plano de Lavra em licenciamento;
- XIV. Rebaixamento do lençol freático: nos casos em que a implantação ou operação do empreendimento implique em rebaixamento do lençol freático;
- XV. Desaparecimento de atributos abióticos naturais da paisagem: nos casos em que a implantação do empreendimento implique no desaparecimento de atributos abióticos naturais da paisagem.

Os critérios para gradação de impactos negativos e não mitigáveis são aplicados, quando couber, por **tipologia de empreendimento**:

- atividades minerárias;
- empreendimentos lineares (rodovias, ferrovias, dutos e linhas de transmissão);
- represamentos (hidroelétricas e represas de abastecimento); e
- demais tipologias de empreendimentos.

A Resolução SMA 56/2006 também estabelece o **fator de compensação ambiental**, que corresponde ao valor percentual do custo total de implantação do empreendimento.

Para definição do fator de compensação ambiental foram realizadas simulações, utilizando-se de casos concretos licenciados, para aferir os valores alcançados pela metodologia proposta.

(3) Ofício à Reserva da Biosfera

Prezado Rodrigo Antonio de Moraes Victor,

Nos termos da deliberação da 32ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental-CCA (ponto 4.1. da pauta) solicitamos verificar a possibilidade de destinar os recursos de compensação ambiental da implantação do empreendimento Ecourbis Ambiental S.A. para as Unidades de Conservação inseridas na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Atenciosamente,

Antonio Augusto da Costa Faria
 CCA/SE, 1º/4/2008

(4) Destinação de Recursos de Compensação Ambiental para Ucs do Grupo de Uso Sustentável

No quer diz respeito aos critérios para destinação de recursos de compensação ambiental para Unidades de Conservação da categoria de Uso Sustentável, anexo a Ata da 1ª Reunião da CCA, realizada no dia 22 de abril de 2004.

Câmara de Compensação Ambiental - CCA

Local Sala de Reunião do CONSEMA	Data: 22/04/2004	Início: 09:30 h	Término: 12:00 h
----------------------------------	------------------	-----------------	------------------

Lista de PARTICIPANTES

SIGLA	Titular		Suplente	
SMA	Suani Teixeira Coelho	P		
SMA	Cláudio Darwin Alonso	P		
CPRN	Antonio Luiz Lima de Queiroz	P	Celso Mazottini Saes	A
DAIA	Pedro José Stech	P	Neusa Marcondes de Assis	P
DEPRN	Márcia Calamari	P	Primo Ângelo Falzoni Neto	P
CPLEA	Rosely Sztibe	P	Martinus Filet	P
FF	Maria Cristina Heilig	P	Sandra Aparecida Leite	P
IF	Hélio Y. Ogawa	P	Hiroyassu Uehara	P
IBT	Luiz Mauro Barbosa	P	Dácio Roberto Matheus	P
IG	Tarcísio José Montanheiro	P	Hélio Shimada	A
CETESB-C			Marcelo de Souza Minelli	P
CETESB-E	Lady Virgínia Tralde Meneses	P	Eduardo Mazzolenis	A

P – Presente

A – Ausente

RESUMO DA REUNIÃO

I - Exposição pela chefia da Consultoria Jurídica da Pasta, Dra. Silvia Helena, dos fundamentos legais que ensejaram a Resolução do Secretário, criando a referida CCA. Nesta exposição ficou destacado que:

- A compensação será sempre exigida quando uma atividade ou empreendimento que se credencia ao licenciamento tem que fazê-lo por intermédio de um EIA/RIMA.

- O mínimo que será aplicado com o valor de compensação é de 0,5% do valor total despendido para a implantação do empreendimento.
- O acréscimo a esse valor mínimo (+ de 0,5%) terá que ser motivado tecnicamente e também só pode ser aplicado dentro dos critérios estabelecidos no Decreto Federal n.º 4340/2002.
- Os valores dessa compensação ambiental serão aplicados sempre em UCs de Proteção Integral e quando, na área de influência do empreendimento ou atividade, se constatar também a existência de UCs de uso sustentável, os valores deverão se divididos proporcionalmente aos impactos que as mesmas estão sujeitas. Observe-se que sempre haverá um percentual, mesmo que mínimo, que caberá a uma UC de proteção integral mesmo que ela esteja localizada em área distante e sem qualquer relação com o empreendimento. A compensação deve ser entendida como um "plus" que se deve ao meio ambiente, cuja exigência de compensação privilegia as áreas de florestas protegidas pelo Estado.
- Quando uma verba de compensação é insuficiente para ser escalonada pelos critérios legais, passa para o item posterior e assim sucessivamente até que haja adequação entre valor disponibilizado e ação proposta.

Quando o valor da compensação vai ser aplicado em regularização fundiária e no caso, do empreendedor ser o responsável pela aquisição das terras, é necessário que a CCA convide a PPI (Dr. Pedro Ubiratan) para que seja decidido o mecanismo legal de se fazer essa aquisição e da posterior transferência dos bens ao Estado. O Termo de Compromisso que o empreendedor assinará e que contempla o preconizado pela PPI será analisado e aprovado pela CJ.

Os técnicos do Sistema que opinam sobre licenciamento tem que utilizar corretamente dois conceitos. Assim:

a) Mitigação é toda ação, programa ou projeto que conseguem evitar ou minimizar os impactos de um empreendimento ou atividade, no todo ou em parte. A mitigação deve ser uma obrigação do empreendedor, e o DAIA pode exigí-la independente do custo que possa, na mitigação, o empreendedor arcar com os custos sem qualquer interferência do órgão ambiental (Ex.: remoção de população afetada, melhoria em malha viária, implantação de cortina vegetal anti-ruído, construção de escola ou posto de saúde para completar a infra-estrutura municipal, etc.).

b) As medidas compensatórias são para os impactos não mitigáveis e os valores determinados para elas só poderão ser aplicadas nas UCs, com o controle dos valores pelos órgãos ambientais.

Observação – Esta ata não foi revista pela Dra. Silvia Helena e algumas incorreções podem estar presentes. Pode portanto, não representar com rigor o pensamento exposto. Solicitaremos revisão e, caso necessário, faremos alterações adequadas.

II - Após a apresentação da Dr. Silvia Helena, passou-se à discussão do regimento interno, que é apresentado em arquivo anexo.



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
33ª Reunião - 27 de março de 2008

PRÓXIMA REUNIÃO:

Data	Hora	Local
------	------	-------

Nome	Assinatura	Data
NEUSA MARIA MARCONDES V. ASSIS		23/04/2004